

Ofício nº 561 /2003/DP-ANA

Brasília, 23 de outubro de 2003.

A Sua Senhoria o Senhor

João Bosco Senra

Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Ministério do Meio Ambiente

SGAN Quadra 601, Lote 01, Ed. Sede da CODEVASF, 4º andar

70830 901 Brasília/DF

Assunto: **Prioridades CNRH/ Programação Orçamentária 2004.**

Senhor Secretário,

1. Em atenção ao ofício nº 080/2003/CNRH/MMA, de 13 de outubro de 2003, encaminho nossas considerações no intuito de colaborar para que sejam incorporadas, no âmbito do orçamento Federal, as diretrizes e prioridades da Política Nacional de Recursos Hídricos, em especial no que se refere à aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União, consignados no orçamento desta Agência.
2. Quanto às questões suscitadas no parágrafo 2º, a respeito da definição de fonte específica para os recursos arrecadados em decorrência da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica, denominada de “condominial”, e reconhecendo a substancial importância do tema para a implementação do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, manifesto a concordância desta Agência com a proposta de encaminhamento apresentada pela CTCOB, em sua 15ª reunião, e informo que anteriormente havia tomado a iniciativa de enviar ofício ao relator do orçamento, Deputado Jorge Bittar, ao Presidente da Comissão de Orçamento, ao Ministro Guido Mantega e à Ministra Marina Silva (cópias em anexo).
3. Em relação ao encaminhamento da proposta de programação para o ano de 2004, cabe explicitar que o montante global dos recursos consignados para as



programações da ANA, no âmbito do Plano Plurianual 2004/2007 e do orçamento 2004, apresenta-se extremamente reduzido, apesar de todos os esforços empreendidos junto ao Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, durante a formulação da proposta relativa aos instrumentos citados.

4. Quanto ao Projeto de Lei Orçamentária para 2004, há que se destacar, ainda, que os limites de recursos disponibilizados para a ANA são significativamente inferiores em relação aos exercícios anteriores, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro Comparativo entre Projeto de Lei 2004 e de exercícios anteriores - ANA

PROJETO DE LEI OGU - Recursos ANA				% ORÇAMENTO de 2004 sob os exercícios anteriores		
2001 (A)	2002 (B)	2003 (C)	2004 (D)	D/A	D/B	D/C
172.912	211.910	168.995	76.438	44,21	36,07	45,23

OBS: Os valores se referem a despesas de programações finalísticas, excluídos pessoal e doações.

Desta forma e diante dos limites extremamente reduzidos, esforçou-se em priorizar as ações fundamentais para a implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, em especial as incluídas no Programa PROBACIAS, relacionadas ao apoio à elaboração dos planos de bacias, criação de comitês e agências, à implementação dos sistemas de outorga, fiscalização e monitoramento de eventos críticos, e à coordenação da rede hidrometeorológica nacional. Esta última, gera e disponibiliza dados hidrológicos de todo o território brasileiro, operando, diretamente, mais de cinco mil estações de observação. Ressalte-se que as atividades deverão ser garantidas em patamares mínimos, abaixo dos programados.

5. Observo, entretanto, que em relação à composição da programação para 2004, constante do Projeto de Lei, o total de R\$ 147 milhões previsto para a ANA, compreende ao montante de R\$ 91 milhões, que foi programado e está distribuído entre as ações orçamentárias da ANA (incluindo pessoal e doações), e a parcela de R\$ 55 milhões, correspondente a 37,96 % do total, que está consignada como Reserva de Contingência, não distribuída por programação

PROGRAMAÇÃO	VALORES	%
1. PESSOAL E ENCARGOS	12.237.952	8,32
2. PROGRAMAÇÃO	76.435.384	52,02
3. DOAÇÕES	2.494.000	1,70
4. SUB-TOTAL (1+2+3)	91.167.336	62,04
5. RESERVA CONTINGENCIA	55.781.081	37,96
6. TOTAL(4+5)	146.948.417	100,00

6. Quanto à composição da programação por fontes de receita verifica-se em relação aos recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos,

referentes à geração de energia elétrica de que trata a Lei nº 7.990/89, que parte da receita estimada foi alocada, pelo MP, em programações voltadas à implementação da Política Nacional dos Recursos Hídricos, afetas às responsabilidades da ANA e em outras de competência da Secretaria de Recursos Hídricos- SRH. Quanto à parte alocada às ações da ANA, observa-se que a referida fonte representa 70% do orçamento total da Agência (excluída a reserva de contingência).

Apesar da estimativa de arrecadação desta receita para o exercício de 2004, de R\$ 106 milhões, foram distribuídos na proposta orçamentária anual apenas R\$ 55,6 milhões, ficando o saldo de R\$ 50,8 milhões como Reserva de Contingência, que, se considerada, altera sua composição em relação ao orçamento total da ANA para 72,4%.

Ressalvo, entretanto, que de acordo com a técnica orçamentária, no Projeto de Lei não há como diferenciar as fontes referentes aos incisos I e II, relacionadas ao parágrafo 1º do artigo 28 da Lei nº 9.984/2000.

RS1

FONTES DE RECEITA	VALOR	%	RESERVA CONTIGÊNCIA	TOTAL
100- Tesouro	3.990.146	4,38	-	3.990.146
129- Permissões e Concessões	10.000.000	10,97	5.000.000	15.000.000
148- Ingresso Empréstimo Internacional	10.200.000	11,19	-	10.200.000
134- Compensação financeira	55.597.836	60,98	50.781.081	106.378.944
195- Doações	2.494.000	2,73	-	2.494.000
900- Fontes Condicionadas-Cide	8.885.327	9,75	-	8.885.327
TOTAL	91.167.336	100,00	55.781.081	146.948.417

7. Ao apresentar o panorama acima, reforço a importância da participação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos nesta oportunidade em que deverá ser debatida, no Congresso Nacional, a alocação do montante previsto como Reserva de Contingência, relacionado às fontes 134 e 129, cuja destinação desejável será aquela que incorporar as diretrizes dos fóruns colegiados que regem as políticas setoriais, no caso de recursos hídricos, das prioridades estabelecidas pelo Conselho Nacional.

8. Cabe comentar que a programação da ANA estruturou-se basicamente por instrumentos de gestão e regulação e, em geral, com localizador de nível nacional visando, por um lado, garantir as atribuições desta Agência previstas em lei, e, por outro, permitir a flexibilidade necessária no momento da execução orçamentária, para que seja possível atender a priorização por bacia, conforme sejam definidas pelo CNRH em parceria com os comitês.

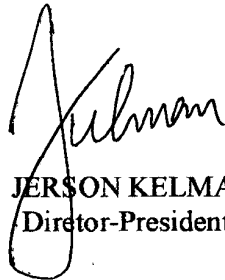
9. É no sentido de colaborar com a consolidação do papel do CNRH na definição das questões estratégicas e das diretrizes e prioridades para o Política de Recursos Hídricos e atendendo a solicitação constante do parágrafo 3º do ofício nº 080, 2003/CNRH/MMA,



que apresentamos em anexo quadro contemplando a programação com os montantes constantes do projeto de lei orçamentária da ANA e as necessidades mínimas para o alcance dos resultados. Estes valores foram apurados com base em uma estimativa geral de custos, elaborada pelas diversas unidades técnicas da ANA, no sentido de permitir uma visão global do volume de recursos mínimos necessários para a implementação das ações programáticas afetas ao cumprimento de sua missão institucional, podendo-se verificar uma grande defasagem comparativa em relação aos limites disponibilizados.

10. Entendendo que a atuação da ANA deve estar pautada na Política Nacional dos Recursos Hídricos, legitimamente expressa por este Conselho, coloco esta Agência à disposição para colaborar com os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



JERSON KELMAN
Diretor-Presidente

ORÇAMENTO 2004 - ANA

Quadro comparativo - valores necessários e disponibilizados

Valor estimado - R\$ mil		
Ação(Projeto)	Valores PLOA 2004	Valores Previsão ANA
Programa: 1304 - Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas		
P001 Gestão e Administração do Programa (Q401 Desenvolvimento e implementação de metodologias e Q397 Estudos e Projetos de Controle da Poluição Hídrica)	300	4.000
Q619 Fomento a Projetos de Difusão e Pesquisa Científica e Tecnológica para o Uso Sustentado e a Conservação de Recursos Hídricos	1.000	4.390
2957 - Fomento a Projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas	700	7.500
Q403 - Fomento a Projetos Demonstrativos de Uso Racional da Água	500	7.500
V826 - Projeto de Gerenciamento Integrado das Atividades desenvolvidas em terra na Bacia do rio São Francisco (parceria GEF)	200	2.500
Programa: 1107 - Probacias		
P001 - Gestão e Administração do Programa Probacias (Q534 Estudos Técnicos Específicos e 1996 Supervisão e Avaliação dos Instrumentos)	459	5.500
R955 - Apoio à Criação de Comitês e Agências de Bacias de Rios de Domínio da União	2.250	4.500
Q375 - Elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas de Rios de Domínio da União	4.541	5.200
Q389 - Capacitação e Treinamento para a Gestão, Participação e Proteção dos Recursos Hídricos	750	1.500
V094 - Apoio a Projetos Priorizados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai com Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos	0	17.000
V091 - Apoio a projetos priorizados pelo comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce com Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos	0	
V086 - Apoio a Projetos Priorizados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio	10.000	
V093 - Apoio a Projetos Priorizados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba com Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos	0	
V087 - Apoio a Projetos Priorizados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco com Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos	0	
V437 - Apoio a Projetos Priorizados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande com Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos	0	
Q387 - Apoio a Projetos Priorizados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba/Jundiaí e Capivari com Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos	0	
S171 - Implementação do Sistema de Alerta da Qualidade da Água	500	730
2977 - Fiscalização do uso de recursos hídricos	600	1.460
3027 - Sistema Nacional de Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	700	2.000
Q382 - Implantação do Sistema de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos	600	1.700
Q377 - Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos de Domínio da União	900	3.300

Ação(Projeto)	Valores PLOA 2004	Valores Previsão ANA
Q616 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	1.000	4.600
Q570 - Implantação do Sistema Nacional de Informações Sobre Recursos	800	2.000
SUB-TOTAL	23.100	49.490
Programa: 0122 - Saneamento Ambiental Urbano - MC		
2905 - Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas	2.000	80.000
SUB-TOTAL	2.000	80.000
Programa: 0052 - Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis		
7401 - Educação Ambiental para Recursos Hídricos	600	1.050
SUB-TOTAL	600	1.050
Programa: 0511 - Gestão da Política de Meio Ambiente		
5307 - Reforma do Bloco L da Agência Nacional de Águas	500	850
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	480	480
SUB-TOTAL	980	1.330
Programa: 1047 - Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - Conviver / MI		
3028 - Estruturação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Semi-Árido	9.000	21.960
P001 - Gestão e Administração do Programa	5.000	7.080
3774 - Construção de cisternas	500	40.000
SUB-TOTAL	14.500	69.040
Programa: 0498 - Desenvolvimento Sustentável do Pantanal		
3015 - Implementação de Práticas de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos na Bacia do Alto Paraguai	200	250
SUB-TOTAL	200	250
Programa: 1122 - Ciência, Natureza e Sociedade		
2378 - Levantamento e Disponibilização de Dados Hidrometeorológicos	17.389	22.120
SUB-TOTAL	17.389	22.120
Programa: 0750 - Apoio Administrativo		
2000 - Administração da unidade	14.329	18.000
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	260	589
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	43	43
2012 - Auxílio-alimentação aos Servidores e Empregados	285	287
2011 - Auxílio-transporte aos Servidores e Empregados	50	50
SUB-TOTAL	14.967	18.969
TOTAL PARCIAL (LIMITE EXCLUÍDOS PESSOAL E DOAÇÃO)	76.436	268.139
2025 - Remuneração de Pessoal da união e Encargos Sociais	12.238	18.536
Doação a ser consignada na ação Q375 do Programa 1107	2.494	2.494
SUB-TOTAL	14.732	21.030
TOTAL GERAL (INCLUÍDOS PESSOAL E DOAÇÃO)	91.168	289.169

Ofício nº 506/2003/DP-ANA

Brasília, 29 de setembro de 2003.

À Sua Excelência o Senhor.
Deputado Jorge Ricardo Bittar
Relator Geral do Orçamento
Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes – Ed. Principal
Gabinete 232, Anexo IV
70160-900 Brasília / DF

Assunto: Aplicação dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos.

Senhor Deputado,

1. Neste momento em que se encontram tramitando no Congresso Nacional os Projetos de Lei Orçamentária Anual / PLOA 2004 e do Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007, cabe-me, no papel de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, instituição responsável pela gestão orçamentária dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, manifestar minhas preocupações quanto às limitações impostas à aplicação destes recursos, em decorrência da classificação orçamentária proposta para a referida programação.
2. O artigo 22 da Lei nº 9.433/97, dispõe que os valores arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia em que foram gerados e serão utilizados de acordo com o que se contém nos seus incisos e parágrafos. Ainda a respeito, o parágrafo 4º do artigo 21 da lei nº 9.984/00, atribui ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Comitês de Bacias Hidrográficas, a priorização das bacias para efeito de aplicação dos recursos.
3. Desta forma, é importante ressaltar a peculiaridade deste processo, denominado de “cobrança condominial”, resultado de uma intensa negociação com as entidades colegiadas e os usuários de água da bacia, cuja sustentabilidade operacional baseia-se no princípio de confiança e credibilidade do usuário-pagador no rigoroso cumprimento dos dispositivos legais sobre a aplicação dos recursos arrecadados nas ações eleitas por elas, para a respectiva bacia.

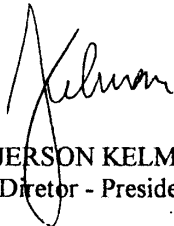
4. No sentido de garantir maior transparência ao disposto no parágrafo 1º do artigo 21 da Lei 9.984/00, quanto à manutenção de registros que correlacionem a receita com a bacia arrecadadora, e assegurar a aplicação desses recursos na própria bacia, foi proposta, pela ANA, a abertura de rubrica/ação orçamentária específica, tanto na LOA 2004 quanto no PPA 2004/2007, para cada bacia hidrográfica, sob o título: "Apoio a Projetos Priorizados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica (específica), com recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos". A definição nominal da bacia deverá ser reavaliada anualmente, de acordo a evolução do processo de cobrança em cada uma delas.
5. Contudo, em que pesem os esforços envidados, pela ANA e o Ministério do Meio Ambiente, no sentido de viabilizar uma fonte especial não sujeita ao contingenciamento, a proposta encaminhada ao Congresso Nacional mantém, a exemplo das demais Agências Reguladoras (ANEEL, ANTEL e ANP), para esta programação, a fonte classificada como 129/ Recursos de Concessões e Permissões, que está sujeita a forte limitação neste exercício de 2003.
6. Tenho demonstrado insistentemente que a cobrança pelo uso de recursos hídricos, por se tratar de uma contraprestação a ser paga pela utilização da água, configura-se uma retribuição pelo uso de um bem público, consistindo receita originária do Estado e não derivada do patrimônio dos administrados. Não é, portanto, um tributo.
7. Cabe ressaltar, como resultado do esforço citado, que a LDO para 2004 dispõe no parágrafo 9º do artigo 6º que: *"As fontes de recursos que correspondem às receitas provenientes de concessão, permissão e ressarcimento pela fiscalização de bens e serviços públicos e de utilização de recursos hídricos de que trata o artigo 22 da Lei nº 9.433/97, constarão na lei orçamentária com código próprio que as identifique conforme a origem da receita discriminando-se, no mínimo àquelas decorrentes doe concessão ou permissão nas áreas de.... e recursos hídricos"*. Neste sentido, a fonte decorrente da "cobrança condominial" deveria ter identificação específica na lei que permitisse diferenciá-la das demais receitas, como a da compensação financeira pelo uso de potencial hidráulico, devendo ser tratada de forma distinta, inclusive quanto a sua limitação no âmbito do decreto de contingenciamento.
8. No presente exercício, em razão dos limites impostos pelo Decreto nº 4591/2003, para projetos (Anexo I e Anexo IV), a ANA, no intuito de honrar os compromissos firmados para viabilizar a aplicação da integralidade dos recursos arrecadados na Bacia do rio Paraíba do Sul, houve por bem sacrificar outras programações também priorizadas, transferindo parte dos seus limites para viabilizar a execução das prioridades do comitê da referida bacia. Entretanto, há que se admitir que este procedimento não garante sustentabilidade ao processo, cuja perda de credibilidade já está se refletindo na diminuição da receita média arrecadada na bacia.
9. Nesse sentido, reitero a necessidade de se rever, no âmbito do Congresso Nacional, a classificação da cobrança pelo uso da água referente às programações afetas à fonte atualmente classificada como 129, sugerindo que estas receitas, em razão de suas particularidades, sejam tratadas como fonte específica, de acordo com o previsto na LDO para o exercício de 2004, e que sejam excepcionalizadas das limitações para movimentação financeira e empenho durante o exercício fiscal.



(Fls.03 do Ofício nº 506 /2003/DP-ANA, de 29 de setembro de 2003).

10. Pela pertinência, estamos remetendo cópia deste Ofício à Ministra Marina Silva e Ofícios com o mesmo teor ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega e ao Presidente da Comissão de Orçamento, Senador Gilberto Mestrinho.

Respeitosamente,



JERSON KELMAN
Diretor - Presidente

Ofício nº 514 /2003/DP-ANA

Brasília, 30 de setembro de 2003.


A Sua Excelência a Senhora
Marina Silva
Ministra de Estado do Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente – MMA
Esplanada dos Ministérios, Bl. B, 5º andar
70068-901 Brasília / DF

Assunto: Aplicação dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos.

Senhora Ministra,

1. Encaminhamos-lhe, para conhecimento de Vossa Excelência, cópias dos Ofícios nºs 506, 507 e 508/2003/DP-ANA, de 29/09/2003, enviados ao Relator Geral do Orçamento, Deputado Jorge Ricardo Bittar, ao Presidente da Comissão do Orçamento, Senador Gilberto Mestrinho e ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega.

Respeitosamente,



JERSON KELMAN
Diretor-Presidente